

Tamanho da Sombra ^{ABR-1987} *Dinheiro*

As declarações do presidente do Citicorp, John Reed, sobre a dívida externa brasileira, tem-se prestado com frequência mais a versões que a uma avaliação objetiva e crua do que quer o maior credor do Brasil no exterior. É evidente que muitos segmentos radicais desejam transformar não apenas o City, mas qualquer outro banco estrangeiro, num fantasma de dimensões maiores que a realidade dos seus interesses neste país.

Não se discute hoje o peso das transferências de capital, do sul para o norte, nem o efeito devastador que as duas crises — a do petróleo e dos juros internacionais — tiveram sobre a economia dos países em desenvolvimento, com o Brasil na frente. Governos e instituições internacionais parecem já ter acordado para isto, e até mesmo o Fundo Monetário Internacional, tão citado como algoz em potencial dos nossos interesses de desenvolvimento, tem metido o dedo na ferida que o bloqueio nos investimentos de capital de crédito e de risco representa para os países pobres ou endividados.

O que está em jogo, agora, é como recompor as relações do Brasil com os bancos estrangeiros, e em que diapasão e com que verdades. A entrevista do Sr. John Reed à revista *Veja* é um documento primoroso nesse aspecto, pois retira as fantasias tecidas em torno de uma suposta prepotência, além de esclarecer como um banco estrangeiro se relaciona com seus credores e com seus acionistas.

O banqueiro americano, longe de hostilizar o devedor, afirma claramente que é fundamental chegarmos a uma solução para o problema da dívida “para que os países possam voltar a crescer rapidamente”. E adiante: “O que realmente nos interessa é garantir que o sistema financeiro internacional possa responder às necessidades de novos empréstimos, ou seja, de fornecer dinheiro novo real.”

Dinheiro novo é exatamente uma das teclas em que os economistas que costuram as decisões do governo vêm batendo desde 1985, sem, contudo, chegar a um plano ou projeto coerente, capaz de reorientar o relacionamento brasileiro com seus credores. Muito ao contrário, enquanto alguns economistas influentes dentro da administração federal, todos eles egressos do PMDB, defendem a necessidade

de novos recursos externos, a cúpula do partido insiste na moratória que afugenta o capital e o poupador. Trata-se de um paradoxo produzido pelo Brasil, e talvez por isso mesmo o presidente do Citicorp afirmou também que sua organização “pode ter até mais confiança no Brasil que o Brasil tem em si próprio”.

Faz parte da recuperação dessa autoconfiança não transformar os credores em problemas maiores do que eles são na realidade. O banco americano ou europeu tem deveres incontornáveis com seus acionistas, ao contrário do que acontece neste país, onde muitas empresas públicas de primeira linha, que abriram seu capital para o público, prestam, antes, contas ao acionista estatal, para só depois se ajustar — quando se ajustam — com as assembléias privadas. Na medida em que se fortaleça o instituto da Sociedade Anônima entre nós, e os mecanismos de capital aberto, chegaremos aos mesmos padrões de tratamento de crédito, débito e lucros projetados em balanços. A ignorância dessa realidade produziu o quadro atual, em que os bancos americanos transformaram créditos brasileiros em **overnight** — reduzindo o perfil de parte da nossa dívida para 24 horas —, além de contabilizar juros devidos em uma rubrica cujo conceito equivale ao que existe em nossa contabilidade, nas provisões para devedores duvidosos. Quem se isolou e se colocou nessa posição foi o Brasil, por ter seguido a linha da moratória inscrita no ideário do PMDB e reafirmada esta semana pela Executiva Nacional do partido. Para sair desse ambiente o Brasil precisa de um plano que trace, com coerência mínima, seus objetivos internos e externos de captação de poupança.

Se uma organização como o Citicorp revela estar disposta a investir cerca de 10% dos seus créditos no Brasil — 500 milhões de dólares — em ações, transformando capital de crédito em capital de risco, abre-se uma enorme avenida para o crescimento através de novas aberturas de capital, lançamentos de ações novas e **underwritings**. Tudo isso difere do clima pessimista que o giro em torno da moratória realimenta, exceto num ponto: nos dividendos populistas proporcionados aos seus mentores, exatamente os que mais se interessam em superdimensionar o tamanho do credor, para provocar o espanto com sua sombra.